Segundo a Organização Mundial do Turismo (2024), no ano de 2023 foram registados, à escala global, cerca 1286 milhões de turistas internacionais, representando um aumento de 34% relativamente ao ano anterior (UNWTO, 2024). O turismo e a indústria da aviação têm crescido exponencialmente nas últimas décadas, contribuindo para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa (Liu et al., 2023; UNWTO, 2019).

Entre 2000 e 2018, o número de turistas internacionais teve um crescimento exponencial, passando de 687 milhões para 1,401 mil milhões (UNWTO, 2019, citado por Sharpley, 2020). No intervalo de duas décadas, as chegadas anuais de turistas mais do que duplicaram, enquanto o número global de passageiros aéreos quase triplicou, transitando de 1,674 mil milhões para 4,233 mil milhões (Liu et al., 2023; Banco Mundial, 2019, citado por Sharpley, 2020).

De acordo com Liu, Ji e Wu (2023), o turismo é uma das indústrias que mais contribui para as alterações climáticas, sendo responsável por cerca de 8% das emissões globais de gases com efeito de estufa (p.2). Liu, Ji e Wu (2023) referem que o setor dos transportes aéreos foi responsável pela emissão de cerca de 1,6 milhões de toneladas de CO2 em 2016, estimando uma antecipação do aumento destas emissões até 2030, com a emissão de 1,998 megatoneladas.

Segundo o mais recente *Barómetro Mundial do Turismo* (UNWTO, 2025), as chegadas de turistas internacionais em 2024 refletiram uma recuperação de 99% em relação aos níveis pré-pandemia. No total, em 2024 foram registadas cerca de 1445 milhões de chegadas de turistas internacionais, representando um aumento de cerca de 11% em comparação com 2023 e praticamente igualando os números registados em 2019 (UNWTO, 2025).

A crescente pressão sobre os recursos naturais, causada pelo aumento dos fluxos turísticos, levanta preocupações significativas sobre a sustentabilidade ambiental, especialmente nos pequenos destinos insulares. Os pequenos destinos insulares caracterizam-se pela sobredependência económica do turismo (Worldostats, 2025). No caso do arquipélago da Madeira, desde a autonomia política o turismo consolidou-se como uma das principais forças motrizes da economia regional representando atualmente cerca de 30% do PIB regional. A história económica demonstra que a aposta em monoprodutos revela-se ciclicamente prejudicial para o desenvolvimento de um território, expondo as vulnerabilidades estruturais em cada um dos ciclos económicos assentes em monoprodutos.

Apesar das divergências presentes na historiografia, no que diz respeito à dissonância entre as interpretações históricas sobre os ciclos económicos do arquipélago da Madeira e as abordagens da teoria económica aos monoprodutos, são vários os autores que concordam com a prevalência de produtos-chave na estrutura económica da Região ao longo dos séculos (Vieira & Rodrigues, 2017), nomeadamente, os cereais, o açúcar, o vinho, a banana e o turismo. Conforme Vieira e Rodrigues (2017) evidenciam, são vários os historiadores que destacam o papel central dos monoprodutos na evolução económica e social da Região. Contudo, a economia da Região revelou-se fortemente dependente de fluxos externos, evidenciando uma vulnerabilidade que atravessa diferentes períodos históricos e que ainda hoje condiciona o desenvolvimento regional.

O presente artigo resulta da reelaboração de uma reportagem e de uma crónica de opinião, "Os prémios e a propaganda mascaram os problemas reais do Turismo" (Goes, 2025a) e *"Madeira, tão nossa? O melhor destino do mundo sob a pressão turística"* (Goes, 2025b), respetivamente. Os textos servem como ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre a pressão turística e a sustentabilidade do destino Madeira. A combinação destes formatos permite não apenas explorar as perspetivas pessoais, com teor relativo, mas também contextualizar as questões abordadas dentro de um quadro analítico mais amplo.

O presente artigo elabora uma breve reflexão crítica sobre a incorporação do discurso da sustentabilidade na imagem projetada de destinos insulares e analisa as perceções dos residentes sobre o turismo na Região Autónoma da Madeira. Pretende-se analisar a fenomenologia da "turistificação" que afeta particularmente os destinos insulares ultraperiféricos e identificar efeitos da utilização do discurso da sustentabilidade na reconfiguração da imagem dos destinos.

1. Retórica da sustentabilidade: dissonâncias entre o discurso e a prática

Nas últimas duas últimas décadas, a literatura tem demonstrado preocupações com a sustentabilidade dos pequenos destinos insulares, que se caracterizam pela sobredependência do turismo (Bunce, 2008; Kerr, 2005; Nunn, 2004; Perkins & Xiang, 2006; Van der Velde et al., 2007). Contudo, de acordo com Butler e Dodds (2022) existe um falhanço nas estratégias de mitigação do fenómeno do overtourism.

A retórica política contemporânea utiliza a sustentabilidade como forma de promoção do capitalismo verde, adaptando o conceito para este se alinhar com o neoliberalismo

económico (Burns & Cowlishaw, 2014; Kambites, 2014). Konold e Schwietring (2021) alertam para as discrepâncias entre a ação política e o discurso da sustentabilidade.

Segundo Kambites (2014), Hall (2022) e Molek-Kozakowska (2023), o discurso da transição verde tem por objetivo a prossecução de uma lógica capitalocêntrica de exploração dos recursos naturais, apresentando o crescimento económico como conciliável com a sustentabilidade e proteção ambiental.

Prothero e McDonagh (2021) criticam a dissonância entre o discurso da sustentabilidade enquanto projeto político e a incapacidade de atores políticos e stakeholders efetivarem a mudança de paradigma de desenvolvimento. As teorias de desenvolvimento alternativo partilham um pensamento sistémico assente na cooperação e na crítica ao capitalismo neoliberal (Goron, 2018; Hall, 2022; Riedy, 2020). Assegurar a regeneração dos ecossistemas e implementar uma efetiva ecologia política é essencial para a sustentabilidade dos pequenos destinos insulares (Kakazu, 2022; Karrow & Thompson, 2016; Parra-López & Martínez-González, 2018).

Os discursos paradigmáticos sobre a sustentabilidade, nomeadamente, na esfera política (Goron, 2018; Kambites, 2014; Konold & Schwietring, 2021) demonstram a adaptabilidade retórica, na promoção de várias agendas, incluindo o capitalismo verde (Kambites, 2014; Molek-Kozakowska, 2023).

Comumente, a retórica discursiva oficial prossegue uma lógica capitalocêntrica insistindo em celebrar o contínuo crescimento do turismo. Prémios internacionais de sustentabilidade do destino são muitas vezes dissonantes da realidade e confundem-se com a propaganda político-turística. Problemas como o aumento da pressão sobre os recursos naturais, o aumento da poluição, as desigualdades e a precariedade laboral em vários subsetores do turismo são frequentemente ignorados ou minimizados.

2. A pressão turística e a lógica capitalocêntrica do turismo: uma análise ao destino Madeira

Dados recentes da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM, 2024a, 2024b) permitem lançar um olhar crítico sobre os *impactes* do turismo no quotidiano dos residentes e sobre a sustentabilidade dos recursos e o atual modelo de desenvolvimento. De acordo com os dados estatísticos da DREM, relativos a 2023, a Região apresentou uma intensidade turística na ordem das 10,32 dormidas em alojamentos turísticos por cada 100

residentes/dia. O total médio anual da intensidade turística foi de 39,94 dormidas por habitante.

Relativamente a 2024, considerando dados provisórios, entre janeiro e novembro verificou-se um aumento da intensidade turística registando-se 11,69 dormidas por 100 residentes/dia. Entre janeiro e novembro de 2024, o total médio anual foi cerca de 42,67 dormidas por habitante, estimando-se um aumento deste valor, face ao acréscimo dos valores relativos a dezembro (DREM, 2024a).

O município do Funchal, que representa aproximadamente 60,5% do total de dormidas na Região e concentra cerca de 43,4% dos alojamentos turístico, apresentou em 2023 uma intensidade turística mais elevada, situada em 15,61 dormidas por 100 residentes/dia. Em 2024, com base no número de dormidas registadas entre janeiro e novembro, a intensidade turística no Funchal foi cerca de 15,5 dormidas por 100 residentes/dia, estimando-se que até dezembro supere o rácio de 16,5. Estes rácios são substancialmente mais elevados do que aqueles registados nos municípios de Lisboa (7,32) ou Porto (6,46). A título de exemplo, Amesterdão apresenta uma intensidade turística na ordem de 6,8.

A densidade turística da região — indicador que permite mensurar a pressão turística num determinado território — tem vindo tendencialmente a aumentar. A densidade turística na Região foi de aproximadamente 31,6 dormidas por km²/dia. O município do Funchal registou em 2023 uma densidade turística de cerca de 220,32 dormidas por km²/dia. A pressão turística aumenta enquanto os prémios de sustentabilidade do destino ecoam nos media. Estes rácios são preocupantes pois espelham os desequilíbrios do atual modelo de desenvolvimento turístico e as desigualdades no desenvolvimento territorial. Se é certo a relevância económica do turismo para a Região torna-se imperativo analisar criticamente os desafios enunciados pela própria população, que se encontra no centro desta dinâmica. Note-se que os passageiros de cruzeiros são frequentemente ignorados nos cálculos da pressão turística, uma vez que não pernoitam em alojamento turísticos. Contudo, contribuem para aumentam significativamente essa pressão.

Os resultados preliminares relativos a 2024 confirmam a tendência de crescimento do número de hóspedes e do número de dormidas (DREM, 2024a). O valor acumulado dos hóspedes entrados, no período de janeiro a novembro de 2024 (2,08 milhões) reflete um crescimento de 6,2%, quando comparado com o período homólogo. As dormidas, que

excedem os 10,9 milhões, registaram um crescimento de 6,8% relativamente ao mesmo período de 2023 (DREM, 2024a). prevendo-se os resultados de 2023 sejam ultrapassados. Refira-se que em 2023 contabilizaram-se 2,1 milhões de hóspedes, que produziram 11,2 milhões de dormidas, traduzindo, no caso desta última variável, um crescimento de 13,7% face a 2022 e de 32,0% comparativamente a 2019 (DREM, 2024a).

No recente inquérito da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM, 2024b), sobre a perceção dos residentes sobre *os impactes* do turismo na Região, demonstra-se a urgência da adoção de uma gestão democrática e participada do turismo. As perceções expressas pelos madeirenses num recente inquérito (DREM, 2024b) são confirmadas pelos principais indicadores estatísticos e pelos cálculos da intensidade e da densidade turística, que permitem mensurar a pressão turística no território. O turismo, longe de ser um motor de prosperidade universal, tem vindo a agravar as desigualdades sociais e a colocar pressão económica sobre o território.

Apesar da maioria dos residentes ter uma apreciação global favorável sobre o turismo na Região, o inquérito demonstra que os residentes percecionam um elevado fluxo turístico. O inquérito revelou que, do universo de residentes respondentes, 91,8% considera o atual fluxo de turistas muito alto ou alto: 53,9% classifica como “muito alto” e 37,9% como “alto” (DREM, 2024b).

Os residentes apontam uma série de problemas associados ao turismo que se tornaram impossíveis de ignorar. Uma preocupação central é o impacto no custo de vida. Cerca de 68,5% dos inquiridos afirmam que o turismo contribui para o aumento generalizado dos preços, desde a habitação até produtos e serviços básicos. A perceção de que o turismo está a pressionar o mercado imobiliário é particularmente preocupante, com 88,3% dos residentes a relacionarem o aumento do preço das casas com a atividade turística. Esta dinâmica alimenta fenómenos de gentrificação e dificulta o acesso à habitação para a população local, sobretudo para as camadas mais jovens e economicamente vulneráveis.

Os residentes identificaram vários problemas, como o *impacte* do alojamento turístico na oferta habitacional, o aumento do trânsito e das dificuldades de estacionamento, bem como a inflação imobiliária e o aumento do custo de vida. Embora seja necessário um estudo aprofundado sobre cada um destes aspetos, as perceções dos residentes merecem ser consideradas na esfera da decisão política. Os resultados do inquérito aos residentes

demonstram que existe uma clara divisão no que se refere à expansão do alojamento turístico na Região (DREM, 2024b). A maioria dos respondentes (39,1%) discordam do crescimento do número de alojamentos turísticos e 26,7% mantêm-se neutros.

No que se refere ao *impacte* do turismo no aumento do valor do mercado imobiliário (venda e arrendamento), 88,3% dos residentes concordam que o turismo tem um impacto significativo no aumento dos preços dos imóveis, tornando o custo da habitação mais elevado para a população local (DREM, 2024b).

Do mesmo modo, 68,5% dos residentes respondentes referem que o turismo contribui para o aumento geral do custo de vida. Para 66,4% dos respondentes percecionam que o turismo origina um aumento dos preços dos produtos e serviços locais, impactando negativamente o poder de compra dos residentes (DREM, 2024b). O aumento do trânsito, acidentes e dificuldades de parqueamento é outra das preocupações para 57,3% dos entrevistados (DREM, 2024b), que concordam que o turismo gera um aumento do tráfego automóvel, congestionamentos e problemas de estacionamento.

3. Conclusões

Não é viável continuar a ignorar os fenómenos da gentrificação e da turistificação e ignorar os limites físicos e ambientais de uma região insular, em prol de um crescimento indiscriminado do turismo. Os modelos de contínua expansão tendem a favorecer os grandes interesses económicos negligenciando as necessidades reais da população locais e comprometendo o bem-estar coletivo.

Apesar da centralidade do turismo na economia regional, os residentes mostram-se céticos quanto aos benefícios diretos desta atividade. A perceção predominante é de que o crescimento turístico beneficia sobretudo interesses externos ou grandes operadores, enquanto os custos sociais e económicos recaem desproporcionalmente sobre a população local. A precariedade laboral no setor turístico é outro fator crítico, com baixos salários e condições instáveis a comprometerem a qualidade dos serviços prestados e o bem-estar dos trabalhadores.

O atual modelo de desenvolvimento turístico, amplamente centrado na lógica neoliberal de contínuo crescimento e na autopromoção através de prémios e campanhas, ignora os limites ambientais, sociais e culturais da Madeira. A expansão do alojamento turístico – amplamente

destacada no discurso oficial – não tem sido acompanhada por uma visão integrada de ordenamento do território e justiça social.

O crescimento observado nos últimos anos tem sido suficiente para alimentar tensões e reduzir a qualidade de vida de muitos residentes. Este cenário denuncia um desajuste entre o planeamento público e as necessidades das comunidades locais. Não basta mensurar o sucesso do turismo em dormidas ou taxas de ocupação ou através do rendimento médio por quarto disponível (RevPAR), é necessário questionar quem efetivamente beneficia deste crescimento. Na ausência de uma política mais equitativa, o turismo corre o risco de intensificar desigualdades económicas e comprometer o bem-estar da população residente.

Urge uma reforma profunda nas políticas de desenvolvimento turístico da Madeira, que priorizem a sustentabilidade ambiental, a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade e que assegurem a justiça social. É necessário conceber um modelo energético-ambiental do turismo para a Região. Mais do que expandir o turismo, é fundamental redistribuir os seus benefícios e integrar as comunidades locais no processo de tomada de decisão.

É urgente mudar o atual modelo de gestão turística. São necessárias políticas públicas que envolvam ativamente as comunidades locais, garantindo que os benefícios do turismo sejam redistribuídos de forma equitativa.

A Região Autónoma da Madeira precisa de repensar a sua estratégia turística para assegurar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a preservação do seu património natural e social. Só assim será possível construir um futuro em que o turismo não seja apenas um pilar da economia, mas também um instrumento de coesão e prosperidade para todos.

Referências:

- Bunce, M. (2008). The “leisuring” of rural landscapes in Barbados: New spatialities and the implications for sustainability in small island states. *Geoforum, 39*(2), 969–979. https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2007.10.005
- Burns, P. M., & Cowlishaw, C. (2014). Climate change discourses: how UK airlines communicate their case public. *Journal of Sustainable Tourism, 22*(5), 750–767. https://doi.org/10.1080/09669582.2014.884101
- Butler, R. W., & Dodds, R. (2022). Overcoming overtourism: a review of failure. *Tourism Review, 77*(1), 35–53. https://doi.org/10.1108/TR-04-2021-0215

- DREM. (2024a). *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira. Resultados Provisórios.* https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/turismo-pt/turismo-publicacoes-pt/send/40-turismo-publicacoes/18264-turismo-novembro-pe-e-outubro-po-de-205pdf.html
- DREM. (2024b). *Inquérito aos Residentes sobre o Turismo na RAM 2023.* https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/turismo-pt/turismo-emfoco-pt/percecao-dos-residentes-sobre-o-turismo/send/805-turismo-em-foco-percecao-dos-residentes-sobre-o-turismo/18202-em-foco-inquerito-aos-residentes-sobre-turismo.html
- Goes, D. (2025a, 22 de janeiro). Os prémios e a propaganda mascaram os problemas reais do Turismo. *Tribuna da Madeira*, 1309.18-19
- Goes, D. (2025b, fevereiro). Madeira, tão nossa? O melhor destino do mundo sob a pressão turística. *Revista Saber Madeira, 333.* O Liberal.
- Goron, C. (2018). Ecological Civilisation and the Political Limits of a Chinese Concept of Sustainability. *China Perspectives, 4,* 39–52. https://doi.org/https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.8463
- Hall, C. M. (2022). Tourism and the Capitalocene: From Green Growth to Ecocide. *Tourism Planning and Development, 19*(1), 61–74. https://doi.org/10.1080/21568316.2021.2021474
- Kambites, C. J. (2014). 'Sustainable Development': the 'Unsustainable' Development of a Concept in Political Discourse. *Sustainable Development, 22*, 336–348. https://doi.org/https://doi.org/10.1002/sd.1552
- Karrow, T., & Thompson, T. (2016). Political ecology of the flats fishing industry in the Bahamas. In S. K. Nepal & J. Saarinen (Eds.), *Political Ecology and Tourism* (pp. 39–53). Routledge.
- Kerr, S. A. (2005). What is small island sustainable development about? *Ocean and Coastal Management, 48*(7–8), 503–524. https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2005.03.010
- Konold, D., & Schwietring, T. (2021). The Great Discrepancy: Political Action, Sustainable Development and Ecological Communication. *Politics and Governance, 9*(1), 131–140. https://doi.org/10.17645/pag.v9i1.3631
- Liu, D., Ji, J., & Wu, M. (2023). Tourism Carbon Emissions: A Systematic Review of Research Based on Bibliometric Methods, *Journal of Quality Assurance in Hospitality &*

Tourism. https://doi.org/10.1080/1528008X.2023.2266861

- Molek-Kozakowska, K. (2023). The hybrid discourse of the 'European Green Deal': road-mapping economic transition to environmental sustainability (almost) seamlessly. *Critical Discourse Studies, 21,* 182–199. https://api.semanticscholar.org/CorpusID:258365862
- Nunn, P. D. (2004). Through a mist on the ocean: Human understanding of island environments. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale.* https://doi.org/10.1111/J.1467-9663.2004.00310.X
- Parra-López, E., & Martínez-González, J. A. (2018). Tourism research on island destinations: a review. *Tourism Review, 73*(2), 133–155. https://doi.org/10.1108/TR-03-2017-0039
- Perkins, R. M., & Xiang, W. N. (2006). Building a geographic info-structure for sustainable development planning on a small island developing state. Landscape and Urban Planning, 78(4), 353–361. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2005.10.005
- Riedy, C. (2020). Discourse coalitions for sustainability transformations: common ground and conflict beyond neoliberalism. *Current Opinion in Environmental Sustainability, 45*, 100–112. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.cosust.2020.09.014
- Sharpley, R. (2020). Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. *Jourunal of Sustainable Tourism. 28.* 1-15. 10.1080/09669582.2020.1779732.
- UNWTO. (2019). *Transport-related CO2 Emissions of the Tourism Sector — Modelling Results.* World Tourism Organization. https://doi.org/10.18111/9789284416660
- UNWTO. (2024). *World Tourism Barometer, 22*(4). World Tourism Organization. https://doi.org/10.18111/wtobarometereng
- UNWTO. (2025). *World Tourism Barometer, 23*(1). World Tourism Organization. https://www.unwto.org/un-tourism-world-tourism-barometer-data
- Van der Velde, M., Green, S. R., Vanclooster, M., & Clothier, B. E. (2007). Sustainable development in small island developing states: Agricultural intensification, economic development, and freshwater resources management on the coral atoll of Tongatapu. *Ecological Economics, 61*(2 3), 456–468. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.03.017
- Vieira. A. & Rodrigues, S. (2017). *Economia.* Consultado a 02 de fevereiro de 2025, Aprender Madeira: https://aprenderamadeira.net/article/economia
- WorldStats. (2025). *Tourism Revenue (% of GDP) by Country 2025.* https://worldostats.com/tourism-revenue-of-gdp-by-country/